

TENDÊNCIAS DEBATES

PAINEL DO LEITOR

em: opinioes@fundacao.org.br

Os artigos publicados nesta seção não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências de pensamento contemporâneas.

O marco regulatório do hidrogênio verde é adequado?

Sim Transição energética efetiva e justa

Mercado deve ser impulsionado como política pública, sem novos subsídios

Victor Hugo Iócio

Engenheiro, é diretor de Energia Ambiental da Abrav (Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Conservação Lixo) e secretário executivo da Frente Nacional dos Consumidores de Energia

Em novembro do ano passado, a Câmara dos Deputados aprovou o Marco Legal do Hidrogênio Verde, base regulatória essencial para o avanço da nova fonte de energia limpa no país. O texto estabelece princípios, define questões de governança e trata de outros pontos relevantes. Felicitemente, foi retirada do projeto emendas que propunham subsídios que seriam embudados na tarifa de energia de todos os brasileiros.

Dentre os itens que destacam a proposta votada, também foram retiradas da proposição a obrigatoriedade de contratação de fontes à base de hidrogênio nos leilões de geração de energia e de direcionamento de parte dos recursos da usina de Itaipu para projetos do setor. Justamente quando se discutem novos condicões do acordo binacional entre Brasil e Paraguai, corria o risco de ter uma nova linha financiando políticas públicas por meio de Itaipu. Em lugar de lançarmos a usina e necessária redução da tarifa de energia produzida no Brasil, a legislação criaria uma razão adicional para um aumento de preço. Sem dúvida, o marco regulatório do hidrogênio verde aprovado na Câmara é positivo e promove avanços importantes. Contudo, há aspectos técnicos e econômicos que ainda precisam ser observados pelos legisladores e reguladores, pois que não se gerem distorções ou para que não deixemos de aproveitar sua potencialidade para que o hidrogênio pode trazer ao Brasil.

Um desses aspectos centrais é que

o nosso país deve priorizar políticas de uso do hidrogênio de baixo carbono para abastecimento do mercado nacional, para a descarbonização da indústria e ampliação da competitividade de nossos produtos e serviços. O Brasil precisa ir além do plano de apenas exportar energia limpa. Produzir e exportar produtos verdes com a energia limpa que produzimos é ainda mais importante. Podemos buscar que o preço das coisas e tornar nosso consumo mais sustentável. A legislação precisa levar em conta esse dimensão do desafio.

Também esperamos maior aprimoramento técnico sobre as reais necessidades e impactos da injeção de hidrogênio na rede de transport

[...]

O Brasil precisa ir além do plano de apenas exportar energia limpa. Produzir e exportar produtos verdes com a energia limpa que produzimos é ainda mais importante. Podemos baratear o preço das coisas e tornar nosso consumo mais sustentável. A legislação precisa levar em conta essa dimensão do desafio

te de gás natural antes de se estabelecer qualquer obrigatoriedade de injeção dessa fonte na malha. Essa é uma avaliação técnica e estruturante, que não deve ser objeto de leis, mas de planejamento e regulação dos órgãos competentes. Insistir nessa definição precipitada trará distorções e desequilíbrio.

Toda a cadeia de energia precisa ser analisada, de modo que o necessário incentivo a novas tecnologias não opere as que já existem e não impacte mais o bolso dos consumidores. O desenvolvimento do mercado de hidrogênio é inevitável, mas precisa ser impulsionado como política pública de governança, com recursos do Tesouro Nacional — não com novos subsídios custeados pelas famílias e empresas que pagam o preço da luz.

Vale a o alerta para que o marco do hidrogênio não trahir o mesmo caminho do projeto de lei das escolas offshore, que ao ser votado pelos deputados sofreu inúmeras emendas que promoveram a postergação do subsídio para o carvão, obrigam a contratação de energia térmica sem respaldo técnico e geram cerca de R\$ 45 bilhões ao ano em custos extras, enquanto o objetivo era apenas regular o mercado de energia elétrica.

Agora, o marco do hidrogênio está sob análise do Senado, assim como a reforma tributária. Esperamos que nossos senadores concentrem sua atenção na responsabilidade da população brasileira que emenda e contribuem para que nossa transição energética seja efetiva e justa.

em: opinioes@fundacao.org.br

Os artigos publicados nesta seção não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências de pensamento contemporâneas.



Solenidade de reabertura do ano legislativo do Congresso Nacional após recesso, em fevereiro. Foto: Leticia L. Silva/Alphapix

Lista secreta

"Clima" apresenta lista de deputados que assinaram pedido de impeachment contra Lula" (Política, 29/2). Que absurdo. Eles estão lá representando nós eleitores e somos privados de informações? Fico pensando que, se uma pequena lista é escondida, onde será que estamos errando? Colocando gente sem ética no Congresso.

Ernesto Costa (São Paulo, SP)

Como é o que faltava, pedido de impeachment sigiloso.

João Carlos da Silva (São Paulo, SP)

Crescimento acumulado

"PIB do Brasil fecha 2023 com alta de 2,9%, mas está estagnado no segundo semestre" (Mercado, 17/2). Parabéns pelo crescimento. Aproveite o bom momento econômico para cumprir a promessa de uma campanha e subam para R\$ 5,00 a ação da BRF.

Elio Simielli (São Paulo, SP)

Decente. Retomada econômica, democrática e cultural. O Brasil melhorou suas energias.

Miguel de Melo Santana (Recife, PE)

O crescimento foi bom, praticamente 3%, o mesmo de 2022, mas o país tem capacidade de crescer mais que isso. Basta dar continuidade às reformas estruturantes, iniciadas a partir de 2016, que o nosso potencial de crescimento aumenta ainda mais. A reforma tributária e o marco das garantias, aprovados em 2023, vão ajudar ainda mais nos próximos anos.

Vinícius Freire (Pirassununga, SP)

Brasil Israel Hamas

"Guerra diz que governo de Israel não tem qualquer limite ético ou legal em Gaza" (Mundo, 17/2). Nosso bipolarismo é uma vergonha. Entendo quanto um governo via Israel como santo iluminado em tudo que fazia, o outro vê como o próprio demônio encarnado. E assim vamos seguindo nessa rua sem fim e sem dono, até nos esbocharmos nos recifes.

Rafaela Souza Galvão (Rio de Janeiro, RJ)

Uma trizete que a guerra traz, independente de lugar. Ucrânia, Palestina, África. Falta de respeito às mulheres e crianças, que não têm culpa, inocentes usados como escudo humano. Isso não está poupando ninguém para atingir seu objetivo, ocupar Gaza a qualquer preço, nem que custe a vida de qualquer população? Tudo pelo poder, dos dois lados? Realmente o mundo está passando instável. Israel não respeita os direitos internacionais de ajuda humanitária, precisa dizer mais?

Claudia Porto (Sorocaba, SP)

Temas mais comentados pelos leitores no site de 23/fev a 17/mar - Total de comentários: 34.738

708 Bolsonaro reúne militares na Paulista e em discurso fala em favor de alguns psais (Política, 23/fev)

848 Lula emvergoa o Brasil (Lógica Maria, 25/fev)

830 Se não é genocídio, não sei o que é, diz Lula sobre ação de Israel em Gaza (Mundo, 23/fev)

Não Ajuda, mas não destrava a indústria por completo

Compromete a redução de emissões e arrisca o desenvolvimento do setor

Felipe Dini

Economista, é mestre (DSE/FEV) e doutor em economia (Universidade de Chicago) e sócio da consultoria Mirra & Co.

O projeto de lei aprovado na Câmara para regular o hidrogênio verde (HAV), significativamente reduzido após de seguir para o Senado, atende apenas em parte às necessidades de um setor emergente em que o Brasil pode ser líder e no mercado. O texto aprovado às vésperas da COP28 estabelece as regras do jogo, como a taxonomia e a governança, mas não apresenta uma política pública robusta que defina a estratégia do país para o setor.

O projeto prevê o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PDHC), incluindo leilões como os de Alemanha, porém com recursos limitados. Também garante suspensão de PIS/Cofins para capex [despesa de capital], mas exclui grande parte dos investimentos.

Os temas tratados no PL são fundamentais para a segurança jurídica, porém insuficientes para responder às demandas para o crescimento do setor. Espera-se o marco regulatório, seguindo o exemplo de países de referência, um conjunto de políticas que promovam a competitividade do HAV em relação aos combustíveis fósseis. Contudo, o Brasil poderia não só acelerar sua descarbonização, mas também se posicionar como um player global e desenvolver um mercado doméstico para o HAV, reduzindo o custo em exportações.

O hidrogênio verde ainda é mais caro que os combustíveis fósseis e, sem incentivos adequados, ficari restritos a nichos de mercado, como postos computadores dispostos a pagar um prêmio pela descarbonização.

Além disso, sem estímulos, o Brasil enfrentará perda de competitividade significativa neste mercado. Estudos da Mirra & Co. estima que, com a retirada dos incentivos do projeto de lei, o HAV brasileiro será 30% mais caro que o dos EUA, apesar do menor custo de produção.

Os argumentos contrários aos subsídios no PL, ressaltam três preocupações principais. Primeiramente, questiona-se a viabilidade econômica do hidrogênio na matriz de descarbonização do país, que poderia considerar alternativas como bioetanol ou derivados de gás natural. Segundo, alerta-se para o risco de dependência excessiva de biocombustíveis pode limitar a diversificação energética e impedir o desenvolvimento de uma indústria com alto potencial.

[...]

O Congresso deve analisar cuidadosamente os custos e benefícios dessa nova tecnologia, considerando os impactos de longo prazo. O Brasil possui um enorme potencial para liderar esse mercado e ter papel de destaque nas discussões globais sobre o clima. Entretanto, não há potencial que resista à falta de estratégia

Em segundo lugar, a preocupação com o impacto nos gastos públicos é evidente, com o argumento de que os subsídios ao HAV podem aumentar a carga sobre o Orçamento. Contudo, muitos dos incentivos pleritários consistem em renúncias fiscais, que não representam aumento direto nos gastos do Tesouro. Estes podem ser parcialmente compensados pelas receitas tributárias geradas pela construção de novos plantais, conforme estimada pela Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (ABHVH).

Além disso, há o risco de que possam encarecer a conta de luz, devido à redução de encargos e custos de fio. É importante ressaltar que o aumento na geração renovável deve ser escalonado ao longo de vários anos e que os incentivos propostos devem ser transitórios e limitados a uma capacidade instalada específica. Dessa forma, projetos pioneiros seriam estimulados, minimizando eventuais impactos negativos.

O projeto de lei recentemente aprovado pela Câmara segue para discussão no Senado. Paralelamente, os senadores formularam um projeto alternativo, que busca reintegrar vários incentivos excluídos pelo PL original. Seja como for, o Congresso deve atuar com urgência sobre os custos e benefícios dessa nova tecnologia, considerando os impactos de longo prazo para o país.

O Brasil possui um enorme potencial para liderar esse mercado e ter papel de destaque nas discussões globais sobre o clima. Entretanto, não há potencial que resista à falta de estratégia.

Inalibulário

"Belém, sede da COP20, tem mais de 200 mil habitantes em condições inadequadas de higiene" (Ambiente, 29/2). Para essas pessoas que não têm nem mesmo rede de esgoto, ficando expostos a diversas doenças, os discursos e apelos pela preservação de florestas soará como um escárnio. Um país que não cuida dos filhos soua hipocrisia apelando para cuidar dos vizinhos netos. Jesus Naves dos Santos (Juiz de Fora, MG)

Chega a ser bizarro os asseclas de plantão defendendo Belém como um modelo. Quem já viveu em Belém existem estes problemas, sim. Os políticos não fazem nada. Devem-se preocupar com políticas ineficientes e não extermos. Está errado? Tomara que o evento traga alguma coisa para o país além de uma campanha e subam para R\$ 5,00 a ação da BRF.

Renato Costa (São Paulo, SP)

Eleitorado

"O que um segundo mandato de Trump significaria para a economia dos EUA" (Economia, 29/2). Ou se propôs começar a racionalizar suas finanças e pensar muito bem antes de votar, ou não tentem um segundo mandato por uma posse. Luciano Carvalho (Belo Horizonte, MG)

Consumo de álcool

"Um brasileiro chamado Garrinha" (Bayer, 29/2). Gostaria de comentar sobre "Um brasileiro chamado Garrinha" (n. 02). Conceito do plano. O álcool, assim como outras substâncias legalizadas, Licença para beber. É importante que os adolescentes compreendam os riscos para o corpo, pois mesmo com restrições na propaganda, eles continuam desobedecendo para se integrar a um grupo.

Luiza Helena Pedrosa (São Paulo, SP)

Sou uma adolescente de 16 anos e o contato com pessoas que bebem é inevitável. Eu acredito que, para prevenir o consumo de álcool, é necessário que os pais também orientem seus filhos. É importante que os adolescentes compreendam os riscos para o corpo, pois mesmo com restrições na propaganda, eles continuam desobedecendo para se integrar a um grupo.

Nicolas Sérgio Ferreira (Caribé, PR)

Registros de enfermagem

"Técnica de enfermagem fotografa recém-nascidos em hospital federal no RN" (Saúde, 17/2). Lindo trabalho! Muito interessante ler notícias assim.

Paula Main (São Paulo, SP)

Parabéns a essa profissional, humanizando um momento tão lindo.

Leopoldo Passos Kazan (Brag, MS)